



Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China¹

Accumulation, Distribution and Strategy under Mao: Maoism's Legacies for China's Development

DOI: 10.21530/ci.v14n2.2019.931

Isabela Nogueira²

Resumo

O objetivo deste artigo é expor e sistematizar os principais paradoxos do regime de acumulação chinês, entre 1949 e 1976, a fim de traçar as linhas gerais do legado maoísta para o desenvolvimento recente da China. Problematisa-se, assim, a narrativa dominante de que o *boom* econômico chinês se inicia apenas a partir das reformas pós-1978, que teriam rompido com um suposto profundo atraso econômico durante as décadas sob Mao. Neste artigo, argumenta-se que o período maoísta é marcado por grandes paradoxos, que deixaram um legado determinante para a atual trajetória da China, dentre os quais exploraremos: o rápido processo de industrialização e transformação estrutural sem urbanização; a estratégia militar para a guerra, que levou a industrialização para regiões remotas do país, mas sem especialização ou autonomia produtiva; a melhora nos indicadores de bem-estar com concomitante estagnação na produtividade agrícola e consolidação do *gap* urbano-rural.

Palavras-chave: China; Maoísmo; Desenvolvimento Socioeconômico; Acumulação; Distribuição.

1 A autora foi beneficiada por bolsa de pesquisa do CNPq.

2 Professora do Instituto de Economia e do Programa de Pós em Economia Política Internacional (PEPI) e coordenadora do LabChina, todos da UFRJ. É bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq. Doutora em economia pela UFRJ e em ciência política pela USP, tem pós-doutorado pela Universidade de Genebra. Foi professora visitante da Aalto University em Helsinki (2011-2013) e pesquisadora visitante da Tsinghua University em Pequim (2009).

Artigo submetido em 29/03/2019 e aprovado em 19/08/2019.





Abstract

The purpose of this article is to expose and systematize the main paradoxes of China's accumulation regime between 1949 and 1976 in order to outline the Maoist legacy for China's recent economic development. We problematize the dominant narrative that the Chinese economic boom begins only after the post-1978 reforms, which, many argue, would have broken with a supposedly deep economic backwardness during the decades under Mao. In this article, it is argued that the Maoist period is marked by great paradoxes, which left a determining legacy to China's trajectory today. Among these paradoxes, we will explore: the rapid process of industrialization and structural transformation without urbanization; the military strategy for war, which led to industrialization to remote regions of the country but without specialization or productive autonomy; the improvement in well-being indicators accompanied by stagnation in agricultural productivity and by the consolidation of the urban-rural gap.

Keywords: China; Maoism; Socioeconomic Development; Accumulation; Distribution.

Introdução

O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã, que predomina no Ocidente, sobre a trajetória de desenvolvimento recente da China. A caracterização histórica mais comum é de que o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Tsé-tung, contribuiu para o desenvolvimento até a Revolução Comunista de 1949 – expulsando os japoneses, eliminando a possibilidade de enclaves ocidentais remanescentes e extinguindo o autóctone regime do Kuomintang –, bem como durante a reconstrução do pós-guerra e os anos iniciais que englobam o primeiro plano quinquenal (1953-57). E teria passado, então, a uma sequência de atitudes destrutivas e políticas catastróficas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. A emergência chinesa e seu rápido caminho “de volta ao centro” teriam, portanto, recomeçado com as quatro modernizações, lançadas pelo “pragmático” Deng Xiaoping, a partir de 1978³.

3 Caracterização evidente em Fairbank (1992 e 1986) e na biografia de Mao escrita por Chang e Halliday (2006). A minuciosa obra de Spence (1990) é notadamente rigorosa do ponto de vista histórico e menos maniqueísta na caracterização de Mao, mas mantém, ainda que com menos vigor, o quadro geral aqui resumido. Para visões alternativas ao *mainstream*, ver Riskin (1987), Wheelwright e McFarlane (1970), Robinson (1970), e os comentários de Selden (1998).





A simplificação é uma forma de não enfrentar os paradoxos do período e, talvez, de passar, “cientificamente” posicionado, por um debate ideológico inconcluso dentro da própria China. Paradoxalmente, foi durante o maoísmo que o país fez sua primeira transformação econômica estrutural e se estabeleceu como nação industrializada, mas sem equivalente urbanização, mantendo mais de 80% da população nas zonas rurais. Foi também durante o maoísmo que, concomitantemente ao sucesso na elevação de indicadores básicos de saúde e educação e da promoção da igualdade de renda nacional, a produtividade agrícola ficou estagnada, com o ritmo de produção de grãos acompanhando a média histórica das dinastias, passo a passo com o incremento populacional, paralisando o processo de desenvolvimento agrícola e de aumento do bem-estar nacional. E foi durante a Revolução Cultural, período de radical enfrentamento das instituições hierárquicas e das posições técnicas e políticas de autoridade, que as estruturas consolidadas do Partido foram desconstruídas pelo processo revolucionário, dando lugar à emergência de arranjos sócio-políticos não só muito mais autoritários, como também totalitários.

Também do ponto de vista distributivo, o período maoísta é um emaranhado de contradições. A China de Mao se distancia radicalmente dos demais países de renda baixa superpopulosos em função: 1. da eliminação da propriedade, que garantiu uma notável baixa fatia da renda indo para os mais ricos da população e uma das mais baixas desigualdades intraurbanas do mundo no período; 2. do sistema de comunas rurais, que supriu, ainda que com imperfeições, cuidados médicos e educação básica a 80% da população nacional. Isso fez com que o Banco Mundial concluísse, no início dos anos de 1980, que, apesar do seu baixo nível de renda, “os mais pobres na China estão em uma situação muito melhor do que seus equivalentes na maior parte dos países em desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 1985, p. 94). Por outro lado, é também verdade que a baixa desigualdade intra-urbana teve uma contribuição fundamental do sistema de controle migratório, que fez com que o *gap* urbano-rural se equivalesse ao de outros países vizinhos de renda per capita baixa, como Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh (mas ainda menor do que o da Índia e de todos os países em desenvolvimento do sudeste da Ásia).

Frente a tantos paradoxos, a pergunta que orienta este artigo é: quais são os principais legados socioeconômicos do período maoísta para o desenvolvimento da China pós-reformas? Para tanto, partimos de um arcabouço teórico-metodológico conhecido como estruturalista na teoria do desenvolvimento, o qual percebe





o desenvolvimento enquanto um processo multidimensional, que engloba mudanças radicais na estrutura produtiva e tecnológica (progresso técnico), melhora substantiva nas condições sociais e de vida (incluindo aperfeiçoamento das relações de trabalho e uma boa distribuição de renda) e aperfeiçoamento das instituições sociais e políticas. A abordagem foi inaugurada por autores da escola cepalina (Prebisch, Furtado, Aníbal Pinto etc.), exaustivamente utilizada para analisar o caso concreto da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000). Ela esteve, também, presente em vários outros autores, conhecidos como “pioneiros do desenvolvimento” (Lewis, Rosentein-Rodan, Gerschenkron etc.), cuja visão sobre o que é desenvolvimento foi majoritária nas décadas de auge do keynesianismo e durante as duas ou três décadas após a Segunda Guerra (BASTOS; BRITTO, 2010). Em comum, todos esses autores rompem com vários dos princípios presentes na teoria econômica ortodoxa e advogam pela necessidade de uma teorização própria do que é o processo de subdesenvolvimento.

Nossa hipótese neste artigo é de que o período maoísta, de fato, levou adiante um processo de desenvolvimento com mudança estrutural, calcado na indústria pesada, com redução da heterogeneidade regional e com melhora substantiva das condições de saúde e educação. Mas esbarrou em condicionantes externos severos, cuja resposta foi orientada por uma estratégia de guerra, que levou à baixa especialização produtiva, autoritarismo no campo e estagnação na produtividade agrícola. Para endereçar essa hipótese, vamos rever em detalhe a literatura que trata do processo de industrialização, desenvolvimento regional e evolução dos indicadores de bem-estar no período maoísta, à luz do arcabouço estruturalista. A fundamental discussão sobre a luta política e a evolução político-institucional do maoísmo (incluindo a fase da Revolução Cultural), por sua vez determinantes para a estratégia de guerra adotada, ficará de fora do escopo deste artigo e merece tratamento em outros trabalhos.

Além desta introdução, este artigo está dividido em cinco partes. A seção seguinte apresenta brevemente as características econômicas da China pré-Revolução e os anos iniciais sob Mao, incluindo a reforma agrária. A seção subsequente expõe a primeira grande mudança estrutural da economia chinesa e as principais características da industrialização durante o maoísmo, incluindo sua determinação militar-estratégica e seus paradoxos. Nas duas seções seguintes, detalharemos o funcionamento do sistema de comunas rurais e seus resultados contraditórios do ponto de vista de bem-estar e produtividade agrícola, além de apresentarmos o perfil distributivo da China no período. A última seção sumariza nossas conclusões.





Da estrutura produtiva pré-revolucionária à reforma agrária moderada: os anos iniciais sob Mao Tsé-tung

Antes da Revolução Comunista de 1949, a estrutura produtiva da economia chinesa era essencialmente agrária e a pequena base industrial (menor do que a da Índia quando o país se tornou independente e menor do que a da Rússia em 1914) era formada por indústrias leves, a maioria de capital estrangeiro e concentradas em poucas cidades do nordeste ou próximas à costa (como Xangai, Tianjin, Qingdao e Guangzhou), onde estrangeiros autodeclararam privilégios especiais a partir das Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-60) e da ocupação japonesa (1931-45). Estima-se que menos de 2% dos trabalhadores estivessem empregados em atividades industriais “modernas” (ou não-artesanais), dominadas por bens de consumo de baixo valor agregado, como têxteis, cigarros e moagem de farinha. O grosso da população (89%) vivia nas zonas rurais, trabalhando em uma área agrícola de apenas 10% do território total (RISKIN, 1987, SPENCE, 1990, WHEELWRIGHT e MCFARLANE, 1970).

Dominada por regiões áridas no nordeste, cadeias montanhosas e elevados planaltos no oeste e terrenos irregulares no sudoeste, a topografia confere ao país um dos menores índices per capita de área agricultável do mundo. Como a tradição determinava que os pais deveriam partilhar a propriedade entre todos os filhos homens, a estrutura agrária era de baixa concentração, e 73% das famílias proprietárias possuíam lotes com, no máximo, 1 hectare (ou 15 *mu* na medida chinesa). A baixa média nacional de concentração de terra e o maior grau de mobilidade social ascendente e descendente não implicavam, entretanto, em uma sociedade rural igualitária. Menos de metade da população rural possuía sua própria terra, e os demais trabalhavam em lotes arrendados e entregavam, no geral, metade da produção aos proprietários. Entre os proprietários, 23% das famílias concentravam 72% da área cultivável, e diferentes regiões eram dominadas, política e economicamente, pela classe de ricos proprietários de terra (RISKIN, 1987).

O imperialismo ocidental iniciado com as Guerras do Ópio, a violenta ocupação japonesa e as décadas de guerra civil deixaram, em meados do século XX, a já pequena estrutura produtiva ainda mais deprimida, caos econômico nas cidades, miséria no campo e um forte sentimento nacional de humilhação. Riskin reporta que a produção industrial, em 1949, era metade do pico registrado antes da guerra. Não há dados nacionais sobre a hiperinflação do período, mas





registros jornalísticos e fotográficos⁴ e romances chineses sobre a época (HAN, 1968) ilustram o fato de que os preços no varejo em Xangai, em agosto 1948, eram 4,7 milhões de vezes maiores do que em 1937, quando os índices avançam de maneira praticamente vertical (RISKIN, 1987).

A Revolução Comunista em 1949 e a rápida reorganização da produção, reforma agrária, reabertura e expansão dos serviços sociais tiveram um impacto radical na estrutura social e econômica. De imediato, o novo governo tomou controle do sistema bancário e fiscal, como forma de controlar a inflação e garantir influência sobre a fatia privada da economia (LARDY, 1978). A preocupação era fazer a estrutura produtiva voltar a funcionar em um curto espaço de tempo, e diversos antigos proprietários puderam manter suas propriedades nos primeiros anos da Revolução. Nesses primeiros anos (1949-52), a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo (RISKIN, 1987).

A mudança estrutural mais radical, no entanto, veio com a reforma agrária, que já havia começado antes de 1949 nas áreas sob controle comunista e que foi completada em 1952, beneficiando 300 milhões de camponeses, eliminando a antiga classe de senhores de terras e consolidando a produção familiar em pequena escala. Durante a fase da agricultura familiar (1952-1955), a produção agrícola cresceu 3,6% ao ano, ou 1,3% em termos per capita. Além da mudança institucional, o período da agricultura familiar foi marcado por um aumento expressivo na área irrigada, que saiu de 16 milhões de hectares em 1952 para 23 milhões em 1957, um crescimento anual de 7,5% (BRAMALL, 2004).

Essa é conhecida na literatura como a primeira reforma agrária chinesa, em contraste com a segunda, realizada no início dos anos de 1980. Sua característica fundamental, especialmente se contrastada com a segunda, está na distribuição desigual da terra, o que fez com que 30% das famílias rurais continuassem, mesmo após a reforma, vivendo em lotes tão minúsculos que garantiam menos de 80% do mínimo calórico (RISKIN, 1987). Ela implicou uma melhora distributiva moderada, dado que a fatia dos 10% mais ricos da população teve um recuo moderado na sua fatia da renda nacional (ROLL, 1980).

A distribuição desigual não foi, de maneira alguma, resultado acidental. Segundo Mao, seria necessário manter a produção dos agricultores mais ricos a

4 O francês Cartier-Bresson fez uma cobertura fotográfica excepcional (tanto em função do seu valor histórico quanto pelo primor artístico) do final da guerra civil, da expulsão do Kuomintang para a ilha de Taiwan e da vitória comunista.





fim de facilitar a recuperação (MAO, 1977b p. 29). Influenciando tal orientação estava a defesa de Mao da produção agrícola em larga escala, percebida como a única capaz de alimentar o país, dada a baixíssima área per capita agricultável. O objetivo de atingir igualdade na distribuição da renda rural com aumento da produtividade, segundo Mao, só seria alcançado por meio da coletivização da terra e da criação das comunas, que discutiremos mais adiante.

Industrialização pesada, descentralização produtiva e estratégia militar

A guerra, ou a ameaça de guerra, foi uma constante durante todo o período de desenvolvimento da China sob Mao. E é ela que vai determinar a estratégia de mudança estrutural da China revolucionária. Fica evidente, tanto em discursos (MAO, 1969 e 1977a) quanto pelas políticas efetivamente adotadas, que o modelo de industrialização maoísta obedecia a objetivos estratégico-militares, e, como uma derivação deste, também a propósitos de melhor distribuição regional da indústria. Nesse sentido, a industrialização assumiu um caráter altamente descentralizado em um país com dimensões continentais, com intensa ênfase na indústria pesada e cobrindo ampla parcela do território. Isso levou à formação do que Medeiros (1999) caracterizou como uma coleção de economias regionais, com baixíssimo grau de especialização e elevada descentralização.

O propósito de transformar a China em uma potência industrial e militar trazia, não apenas a memória da humilhação e de sucessivas derrotas militares desde meados do século XIX, mas, também, atendia demandas imediatas relacionadas às várias guerras e aos numerosos conflitos militares que prosseguem ao longo do século XX. A China revolucionária iniciou sua reconstrução dos pós-guerras (guerra mundial e guerra civil) em meio a um novo e gigantesco conflito: a Guerra da Coreia (1950-1953). A lista de guerras e conflitos potenciais ou reais segue impressionante nos anos seguintes: retomada do Tibete em 1950, rompimento com a URSS em 1960, guerra de fronteira com a Índia em 1962, conflitos de fronteira com a URSS na região da Manchúria entre 1963-69 e a guerra do Vietnã em 1979. Ademais, até o início dos anos de 1970, a China enfrentava embargo comercial dos EUA e não possuía relações diplomáticas com a maioria dos países capitalistas, os quais reconheciam o governo de Taiwan como representante legítimo da China. É só a partir de 1971 que o isolamento chinês vai sendo relaxado, quando o governo





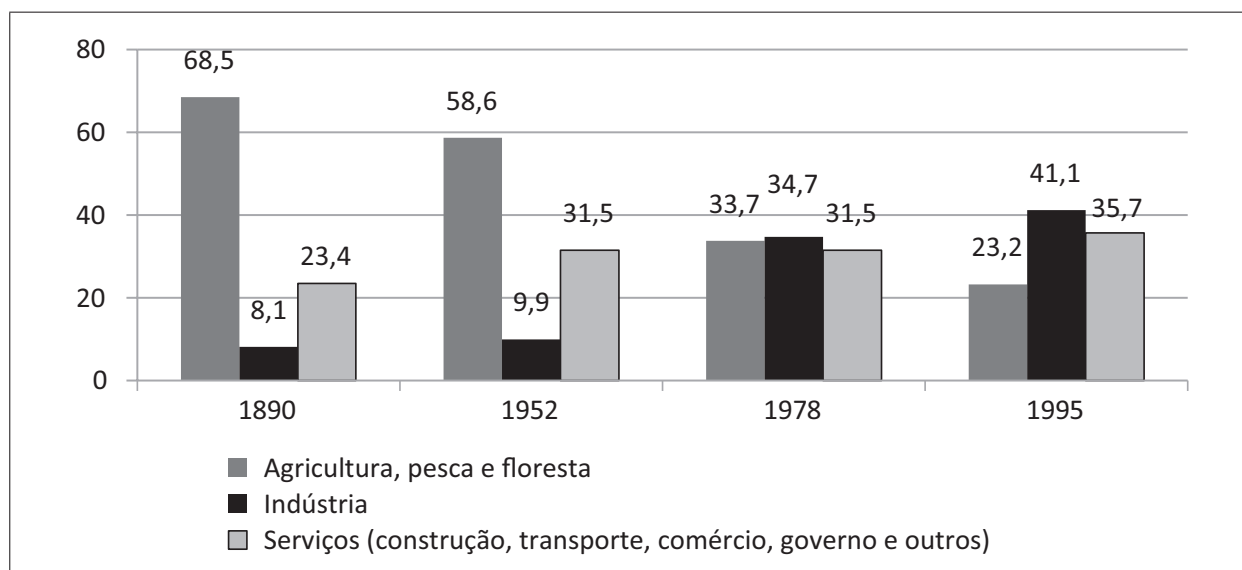
norte-americano retirou o embargo e a República Popular da China ingressou na ONU (Taiwan foi automaticamente excluída).

A industrialização durante o maoísmo não foi nem modesta em escala e tampouco confinada a poucas cidades da costa. Excluindo-se o período de recuperação do pós-Guerra (1949-1951) para evitar distorções, a produção per capita real triplicou nas três décadas entre 1952 e 1981 (LARDY, 1983 e a fatia da indústria no produto nacional saiu de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1979, ao passo que a agricultura recuou de 58,6% para 33,7% (gráfico 1).

Trata-se de um caso efetivo de mudança estrutural. Durante o maoísmo, a média de crescimento da indústria foi de 9,2%, segundo cálculos de Maddison (1998), entre 1952 e 1978 (tabela 1) (ou de 11% ao ano, segundo o governo). Se utilizados os preços constantes de 1978, a média oficial de crescimento do PIB é de 6% ao ano (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 1981). Segundo cálculos de Perkins em trabalho para o Banco Mundial, a taxa de crescimento do produto teria sido de 5% ao ano (PERKINS; YUSUF, 1984). Nos cálculos de Maddison (1998)⁵, o crescimento do PIB foi de 4,4% ao ano, entre 1952 e 1978 (tabela 1). Isso quer dizer que mesmo as estatísticas que contestam os dados oficiais apresentam uma taxa de crescimento respeitável durante o período maoísta, especialmente no que se diz respeito à expansão da indústria.

Gráfico 1 – Industrialização e transformação estrutural

Estrutura do PIB chinês em % do total, preços constantes



Fonte: Maddison, 1998.

⁵ O imenso trabalho estatístico e histórico feito por Maddison (1998) para a OCDE está gratuitamente disponível em: <http://www.gdc.net/maddison/>. Para revisões críticas aos dados de Maddison, ver Holz (2006).



**Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB (por setor e total)**

Em %

	1890-1952	1952-1978	1978-1995
Agricultura, pesca e floresta	0,3	2,2	5,1
Indústria	1,7	9,6	8,5
Construção	1,6	7,2	11,1
Transporte e comunicação	0,9	6,0	10,0
Comércio e restaurantes	0,8	3,3	9,9
Outros serviços (incl. governo)	1,1	4,2	6,7
PIB	0,6	4,4	7,5
PIB per capita	0,0	2,3	6,0

Fonte: Maddison, 1998.

Estava claro para lideranças chinesas que um aumento intenso da taxa de crescimento só seria alcançado por meio de uma expansão expressiva do investimento. O modelo de administração centralizada, de inspiração soviética, adotado durante o primeiro plano quinquenal (1952-56)⁶ favoreceu tal aumento substantivo na taxa de investimento e uma alocação expressiva dos recursos para a indústria pesada, em especial para aqueles setores necessários para o desenvolvimento de uma moderna indústria militar. Durante boa parte do maoísmo, a prioridade para o desenvolvimento da indústria pesada é evidente, conforme mostra o gráfico 2, que reproduz a composição do produto industrial, segundo a divisão entre indústria leve e pesada, feita pelo National Bureau of Statistics (NBS). A indústria pesada chegou a representar 66,6% do produto industrial bruto em 1960, durante o Grande Salto Adiante (1958-1961)⁷, e se manteve acima de 55%

6 Durante o primeiro plano quinquenal, o modelo soviético de administração e alocação de recursos era, oficialmente, a inspiração, mas na prática o modelo chinês sempre foi mais descentralizado. No entanto, as autoridades chinesas sempre mantiveram controle direto sobre os níveis de salário e emprego, as taxas de investimento e a gestão das maiores indústrias de bens de capital (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, 1970). A maioria dos produtos básicos era alocada pelo governo central segundo as metas de produção das empresas e as técnicas utilizadas. Os lucros também eram retidos pelo orçamento central, o que significa que as empresas não poderiam financiar seus investimentos com recursos próprios. Os preços eram determinados por medidas administrativas, com o objetivo de regular diretamente os termos de troca agricultura-indústria. Apenas na agricultura o governo central dependia de meios indiretos de controle, como preços, para guiar a produção (LARDY, 1978, pp. 9-16).

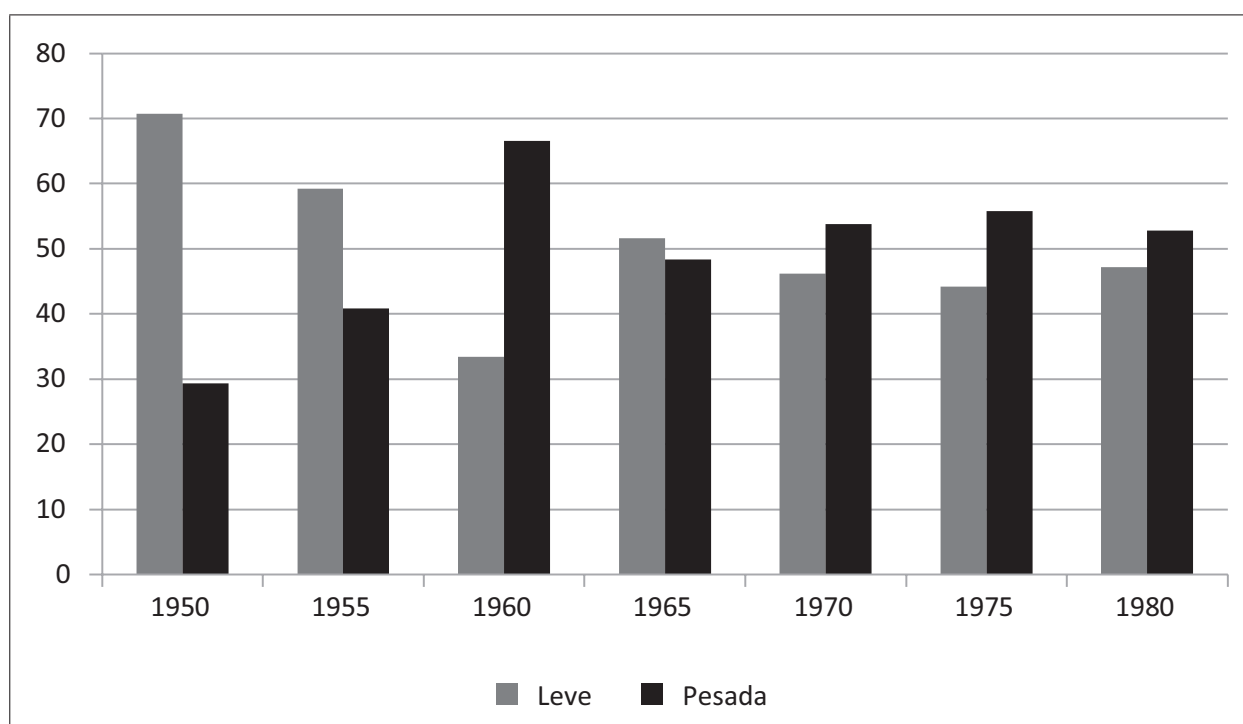
7 A grandiosa campanha de modernização, com forte ênfase na indústria pesada, especialmente na produção de aço, e com acelerada coletivização forçada da produção agrícola. O caráter voluntarista da campanha, que previa o envolvimento de *todos* na produção de aço, é identificado como uma das principais causas da grande fome (a seguir).





durante boa parte da década de 1970 até o início das reformas, em 1978. Já os níveis chineses totais de investimentos brutos são impressionantes, ao longo da fase maoísta, mesmo em uma comparação internacional. Saem de 10% do PIB em 1952, ficam acima de 20% no primeiro plano quinquenal (1952-56) e atingem o pico de 36,5% em 1978, às vésperas das reformas (PERKINS; YUSUF, 1984, p. 10). Entre 1958 e 1977, a média anual é de 28% (tabela 4). Tudo com pequeníssima contribuição de capital estrangeiro⁸.

Gráfico 2 – Composição do produto industrial durante o maoísmo
Indústria leve e pesada (% do total)

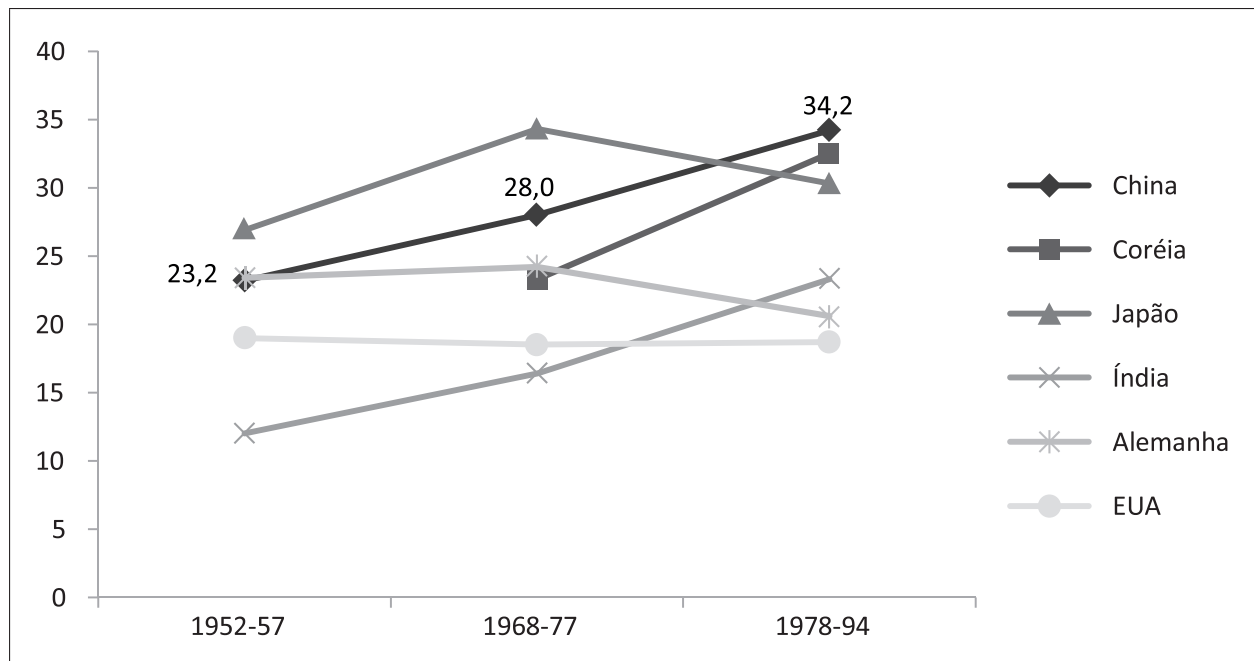


Fonte: NBS, 1999, Comprehensive Statistical Data, tabela A-34.

⁸ Até 1960, ano do racha sino-soviético, 154 projetos industriais em parceria haviam sido concluídos, e a dívida chinesa com a URSS era de US\$ 1,5 bilhão, da qual cerca de um terço estava ligada ao financiamento da indústria (a maioria eram dívidas contraídas durante a Guerra da Coréia). Ao final de 1964, a dívida foi totalmente liquidada por meio da exportação de alimentos, têxteis e minérios. A principal contribuição soviética foi na forma de assistência técnica em métodos modernos nos quais os chineses não tinham nenhuma experiência. Isso quer dizer que a China maoísta financiou grande parte de seu investimento em capital com recursos próprios (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, 1970, p. 37).



Gráfico 3 – Investimento bruto -% em relação ao PIB
China e países selecionados



Fonte: Maddison, 1998.

Por conta dos riscos militares da concentração da indústria na costa e do desenvolvimento desigual, a estratégia maoísta de industrialização pesada também carregava um forte comprometimento com a descentralização geográfica (MAO, 1977 e 1969). Por isso, a formação de uma indústria pesada na China maoísta foi feita de modo a desenvolver as regiões remotas do país. As províncias do interior, responsáveis por um terço da produção industrial, receberam metade dos investimentos industriais totais durante o primeiro plano (LARDY, 1978). Há uma convergência relativa da industrialização entre diferentes províncias, com as províncias mais pobres apresentando taxas de crescimento superiores às mais industrializadas. A relação, medida por produção industrial per capita, entre a província mais rica (Xangai) e as mais pobres (Henan, Ningxia, Yunnan e Guizhou) caiu de 1:52 em 1957 para 1:31 em 1979 (LARDY, 1978; 1986a, 1986b).

Contrariando a trajetória clássica de países em desenvolvimento, o processo de industrialização chinês não foi acompanhado de urbanização, e, durante os 30 anos da fase maoísta, a composição da força de trabalho permaneceu quase inalterada e majoritariamente agrária. A fatia da população rural em relação ao total saiu de 88,8%, em 1950, para 85,6%, em 1982 (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 1981). A migração foi controlada pelo sistema de registro populacional, *hukou*, que aponta, até hoje, a municipalidade de nascimento do cidadão. Com



a coletivização da terra a partir de 1958, o controle migratório passou a ser, ao mesmo tempo, altamente estrito e não policial, uma vez que as cotas de alimentos para aqueles com registro rural eram determinadas pelas comunas de origem, o que radicalmente limitava a mobilidade.

Nas cidades, a aquisição de produtos era feita nas lojas do Estado por meio de cupons, igualmente específicos segundo o município do trabalhador. Esse sistema limitava, inclusive, as viagens dos camponeses, que, não dispendo de cupons aceitos nos seus destinos, frequentemente tinham que carregar grãos e alimentos consigo (OI, 1989). Ser um residente rural, no entanto, não implicava, necessariamente, ser um trabalhador empregado na agricultura. Conforme veremos adiante, o objetivo maoísta de consolidação de unidades celulares e autossuficientes nas comunas levou a um processo de consolidação de inúmeras indústrias rurais de pequena escala, nas quais parte da força de trabalho rural estava empregada.

Comunas rurais e estagnação na produtividade agrícola

Tal concentração da população nas zonas rurais queria dizer que, para a maioria dos chineses, as mudanças no nível de vida eram determinadas pelo ritmo de desenvolvimento agrícola e pelos preços relativos dos bens agrícolas, que os camponeses vendiam ao Estado, versus os preços dos bens industriais consumidos. A política de desenvolvimento agrícola maoísta visava a consolidação de grandes unidades comunais mecanizadas⁹, que mobilizassem o excedente de trabalho para obras de irrigação e construções. Elas também deveriam organizar a agricultura em larga escala, oferecer serviços sociais a toda a população rural e garantir o fornecimento dos insumos industriais necessários para o desenvolvimento agrícola. O arranjo institucional, que deveria viabilizar tais conquistas, era a comuna, não apenas a unidade administrativa da produção ou um instrumento de descentralização das indústrias e da gestão agrícola, mas o exercício efetivo de um socialismo rural, viabilizado por novas formas de vida coletiva, do trabalho coletivo à rede de educação, saúde e proteção social.

9 “If we cannot solve the problem of agricultural cooperation (...), that is to say, if our agriculture cannot make a leap from small-scale farming with animal-drawn farm implements to large-scale mechanized farming, including extensive state-organized land reclamation, by settlers using machinery, then we shall fail to resolve the contradiction between the ever-increasing need for marketable grain and industrial raw materials, and the present generally low yield of staple crops. We shall run into formidable difficulties in our socialist industrialization and shall be unable to complete it” (MAO, 1977b, p. 19).





Em setembro de 1958, foram criadas 23.384 comunas, abarcando 90% das famílias camponesas. Cada comuna tinha entre 5 mil e 100 mil pessoas. Poucos anos mais tarde, o número de comunas subiu para 70 mil, menores em tamanho (média de 15 mil pessoas), dado que as primeiras criadas foram consideradas de difícil gestão (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, 1970).

A reforma da terra conseguiu garantir, à exceção do período da grande fome (1959-1961), o mínimo de segurança alimentar, serviços básicos de saúde, alfabetização e proteção social a todos moradores rurais, distinguindo o caso chinês de outros países em desenvolvimento superpopulosos. A coletivização da terra, a partir de 1957, eliminou a renda da propriedade e a única fonte de remuneração na agricultura eram os salários (ou os pontos de trabalho) entregues aos camponeses. Ainda que a produção per capita de grãos na China fosse apenas 25% superior à média indiana no final dos anos de 1970 (PERKINS; YUSUF, 1984, a distribuição equitativa dos grãos e da renda e os tratamentos de saúde pública oferecidos a todos, sem exceção, garantiram aos chineses melhoras muito substantivas nos níveis nacionais de bem-estar, medidos por expectativa de vida e mortalidade infantil (tabela 2).

O sistema de saúde pública foi substantivamente incrementado pelo sistema comunal, por meio das campanhas preventivas em larga escala, da criação dos “médicos de pés descalços” e do estabelecimento de uma clínica de atendimento rural em cada uma das comunas. Os “médicos de pés descalços” eram um batalhão de pessoas, com rápido treinamento em saúde pública, que atuavam em casos simples e mais comuns nas regiões rurais (campanhas de vacinação, nutrição infantil, diarreia etc.). Somente os casos mais graves eram encaminhados aos poucos médicos formados. Ademais, reviveu-se a medicina tradicional chinesa, já muito popular entre a população rural, em todo o sistema público de saúde (PERKINS; YUSUF, 1984).

Tabela 2 – Mortalidade infantil, expectativa de vida e educação primária durante o maoísmo

	Mortalidade infantil (a cada mil)	Expectativa de vida (anos)	Educação primária para pessoas acima de 15 anos (anos)
1952	37,0	38	1,7
1978	18,2	64	5,3
1995	17,1	69	8,9

Fonte: Maddison, 1998.





O que nos parece ser o principal ponto crítico do desenvolvimento chinês ao longo do maoísmo, e o gargalo que levará à falência do antigo sistema, é a estagnação no ritmo de crescimento da produtividade agrícola. A produção de grãos cresceu, em média, 2,1% ao ano entre 1957 e 1978, praticamente idêntica ao crescimento populacional de 2,0% ao ano. Na medida de Maddison (1998), a produtividade na agricultura cresceu 0,17%, entre 1952 e 1978, contra 3,25% na indústria no mesmo período e contra 4,27% depois das reformas (1978-95, ver tabela 3). A produtividade total do trabalho cresceu apenas 1,78% durante o maoísmo, contra 4,74% no período seguinte medido. Com isso, ao final dos anos de 1970, o consumo per capita de grãos era o mesmo de meados dos anos de 1950 (gráfico 4)¹⁰. O lento crescimento da produção agrícola fez com que, em meados dos anos de 1970, um terço do consumo urbano de grãos, óleos, açúcar e algodão viesse das importações (PERRY; WONG, 1985, gerando fundamental vulnerabilidade estratégica e no balanço de pagamentos.

Tabela 3 – Indicadores de performance setorial

Taxas de crescimento %, média anual

	1952-78	1978-95
PIB agrícola	2,20	5,15
Emprego agrícola	2,02	0,84
Produtividade do trabalho agrícola	0,17	4,27
PIB industrial	9,29	8,82
Emprego industrial	5,84	4,83
Produtividade do trabalho industrial	3,25	3,81
PIB serviços	4,18	7,86
Emprego serviços	3,20	6,73
Produtividade do trabalho serviços	0,96	1,05
Produtividade do trabalho agregada	1,78	4,74

Fonte: Maddison, 1998.

O sistema de comunas também não conseguiu amenizar as tragédias em grandes proporções, causadas por uma sucessão de desastres políticos e naturais, cujo ápice foi a Grande Fome, entre 1959 e 1961, que levou à morte um número

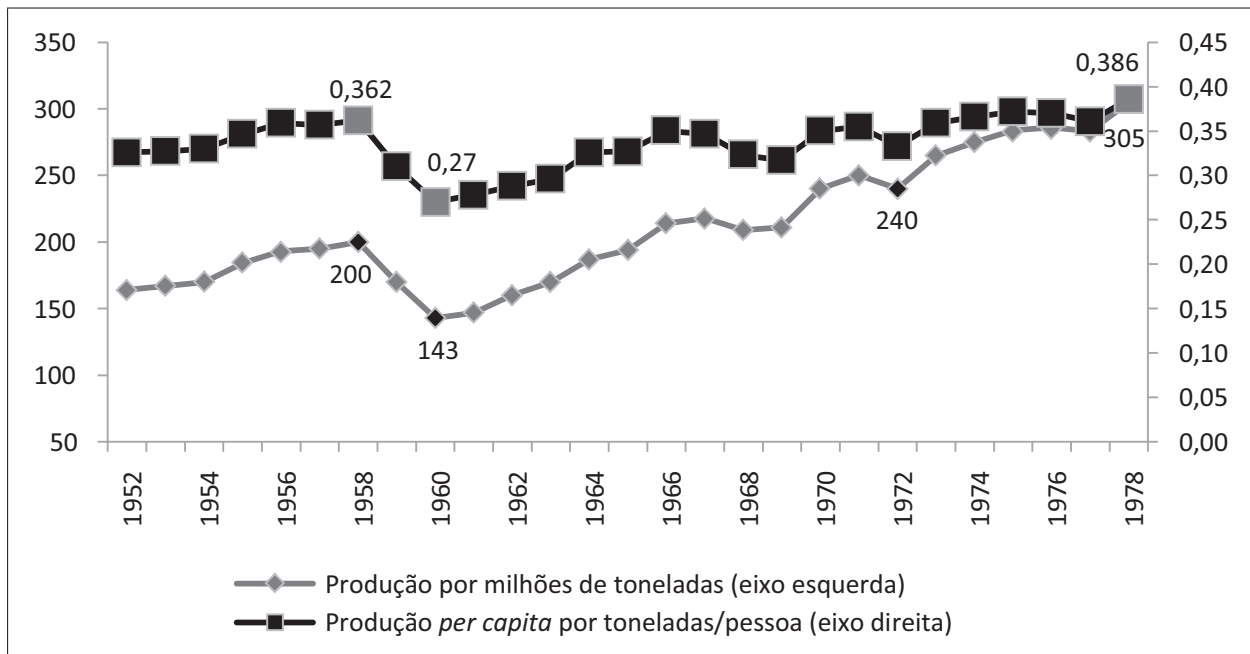
¹⁰ A média nacional de consumo de grãos per capita era de 203,0 quilogramas em 1957. Esse nível é exatamente o mesmo de 1979 (LARDY, 1983, p. 150).



extraordinário de pessoas, algo em torno de 20 milhões, segundo fontes ocidentais. Tanto em 1959 quanto em 1960, cerca de 800 milhões de *mu*, ou metade da área cultivável da China, foi afetada por fortes inundações. E 1960 é, também, o ano da saída soviética e do conseqüente fim da ajuda técnica e do apoio industrial. No conjunto, a coletivização forçada da agricultura, as metas irrealistas de produção industrial (inclusive para as zonas rurais), a excessiva ênfase na indústria pesada, o medo de autoridades locais reportarem falta de alimentos, e as campanhas nacionais desastrosas, como os altos-fornos de quintal (que também tiraram os agricultores das suas funções básicas e os colocaram parte do tempo produzindo aço), deixaram o campo chinês totalmente desestruturado e tiveram radical impacto negativo para a produção agrícola. Entre 1958 e 1960, a produção de alimentos caiu de 200 milhões de toneladas para o piso de 143 milhões, só ultrapassando o nível de 1958 oito anos depois (gráfico 4).

Gráfico 4 – Produção de alimentos durante o maoísmo

Produção total e *per capita* de grãos, óleos vegetais, carnes e vegetais (1952-1978)



Fontes: para dados de produção total, China Statistical Yearbook, 1981, Ministry of Agriculture, *Zhongguo Nongye Nianjian*, 1980, e “Communique on the Fulfillment of China’s 1982 National Economic Plan”, 1983, todos *apud* Perkins & Yusuf, 1984. Para os demais, *Zhongguo Tongji Nianjian*, 1984 e 1985, *apud* Oi, 1989, p. 63.

Isso não significa que todo o Grande Salto Adiante tenha sido um total fracasso, dado que parte dos investimentos em ativos fixos e infraestrutura, que levaram ao crescimento nos anos seguintes, foi feita durante o período. Seu erro fundamental foi, concomitantemente à elevação drástica da taxa de investimento na indústria



pesada, comprometer a produtividade agrícola, levando a uma falta generalizada de bens de consumo básicos, especialmente alimentos (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, 1970, ROBINSON, 1970, BERNSTEIN, 1967, ANDERSON, 2018).

Mas o que explicaria um ritmo lento de desenvolvimento agrícola, medido em termos de produtividade por trabalhador, em uma nação socialista que sustentava seu discurso revolucionário na força do camponês e na obrigatoriedade, tantas vezes repetida por Mao, de autossuficiência nacional? Não estamos aqui questionando o crescimento absoluto da produção ou a melhora nos indicadores sociais. Nos 30 anos sob Mao, a produção de alimentos básicos cresceu 100% na China, assim como a população, que igualmente dobrou. Mas essa é a trajetória histórica chinesa nos seis séculos anteriores (PERKINS, 1969), de expandir a produção agrícola passo a passo com a expansão populacional. O que nos intriga é por que o custo por unidade adicional de produto fica estável na agricultura. Em outros termos, por que a produtividade agrícola não aumenta durante o maoísmo, num período em que o produto nacional bruto per capita, em preços constantes, triplica?

É fato que a comuna conseguiu mobilizar o excedente de mão-de-obra para as obras de irrigação, abertura de estradas e demais obras públicas nas zonas rurais. Também do ponto de vista técnico, a China maoísta conseguiu avanços importantes, como a difusão de sementes modernas (milho e sorgo híbridos e variedades de arroz para produção em larga escala), e o aumento na produção de fertilizantes, que subiu de irrelevantes 0,65 milhões de toneladas em 1963 para 7,23 milhões de toneladas em 1972 (PUTTERMAN, 1988). No entanto, esse incremento técnico não reverteu a tendência de estagnação da produtividade, e o camponês chinês, em 1978, tinha acesso à mesma quantidade de alimentos que tinha em 1957, como já apontamos anteriormente. Ademais, não parece ser propriamente uma questão de falta de investimentos. Entre 1953 e 1978, na média dos investimentos totais feitos pelo Estado, 12% foram para a agricultura, média superior à primeira metade da década de 1980, quando a produtividade cresceu espetacularmente.

O argumento mais comum para o fraco desempenho da produtividade agrícola chinesa se baseia na falta de incentivos materiais para o trabalho em um sistema comunal, o que levou alguns autores a generalizar e argumentar que a agricultura coletiva é intrinsecamente ineficiente e incapaz de aumentar a produtividade do trabalho (Nolan, 1988, é um exemplo). De fato, a fatia dos camponeses na colheita para consumo da família tinha pouca relação com a quantidade de trabalho que cada um dispôs (OI, 1989). Em tese, os critérios para a divisão da colheita entre os camponeses obedeciam ao sistema de pontos de trabalho. Determinados tipos de





trabalho e suas quantidades correspondiam a certos números de pontos que, uma vez somados, determinavam a quantidade de alimento a que cada família tinha direito. No entanto, não havia relação direta entre a quantidade de trabalho e os pontos acumulados, dado que o ganho extra dependia, não apenas do trabalho extra, mas dos lucros da brigada, mais especificamente o que sobrava, depois dos gastos com combustíveis, compra de vegetais, formação de reservas e venda do excedente obrigatório para o Estado. E, nos períodos mais radicais do maoísmo, os pontos de trabalho foram praticamente eliminados como forma de definir a divisão da colheita, imperando, quase exclusivamente, os critérios de distribuição igualitária entre os membros.

Fato é que incentivos materiais não são incompatíveis com sistemas comunais, e houve pelo menos dois momentos em que, em conjunto com a aplicação das chamadas *New Economic Policies* (NEP), os incentivos materiais foram testados nacionalmente (no primeiro plano quinquenal e entre 1961-64, após a Grande Fome). A via chinesa de não privilegiá-los era principalmente uma opção política, e a discussão sobre o mínimo igualitário necessário para a sobrevivência e os incentivos materiais permaneceu durante toda a fase das comunas. Joan Robinson (1970) argumenta que, em uma nação com baixos níveis de acumulação, não haveria outra forma, senão fazer uso de incentivos morais em detrimento dos materiais. Mao defendia que motivações de auto-interesse e ganhos materiais são, em essência, o motor do capitalismo, e que, se essas mesmas motivações fossem mantidas sob um sistema socialista, haveria um antagonismo insustentável, inconsistente com um *ethos* coletivista. Os incentivos morais deveriam ser uma prática que levassem as pessoas a ter um papel ativo na criação das condições materiais e no seu uso, e que substituíssem o auto-interesse por pelo bem-estar ou interesse do coletivo.

Em larga medida, o mau desempenho da produtividade agrícola parece guardar importante relação com a ineficiência do arranjo produtivo. O Estado fez esforços permanentes para reduzir a especialização da produção em favor da política de autossuficiência, e cada comuna deveria ser autossuficiente na produção de alimentos e nas indústrias de pequena escala. O objetivo era não só acabar com a dependência da importação de bens, mas eliminar a possibilidade de uma província depender da outra. Em caso de guerra, a dependência seria uma vulnerabilidade. A autossuficiência nacional em cada unidade comunal se tornou paulatinamente mais forte e, a partir da Revolução Cultural, em 1966, é a política oficial. A estratégia de descentralização econômica buscava reproduzir em cada comuna um sistema econômico autossuficiente, conferindo à economia chinesa





uma estrutura celular. Conforme resume Medeiros (1999), “com subsistemas econômicos fragilmente articulados, elevados custos de transportes e imobilidade da população, a economia nacional [sob Mao Tsé-Tung] era constituída por uma coleção de economias regionais com baixo grau de especialização”. Em conjunto com a autossuficiência, segundo Lardy (1978 e 1983), teriam vindo a redução dos ganhos com especialização e escala – ao ter que produzir de tudo, a comuna produzia tudo ineficientemente.

Ademais, o que nos parece também relevante para a observação da baixa produtividade da agricultura sob Mao é o fato de que o camponês perde, ao longo do processo de coletivização forçada, autonomia produtiva. Conforme aponta Selden (1998), há um alto grau de inconsistência entre os escritos de Mao sobre cooperação e desenvolvimento rural e as políticas efetivamente adotadas. Sem levar em consideração as condições regionais de solo, tradição histórica de plantio, irrigação etc., as culturas deixaram de ser definidas localmente e passaram a obedecer às metas quantitativas do plano do governo central, fossem elas o fornecimento de determinado bem agrícola ou a autossuficiência total, inclusive de insumos industriais. Os agricultores não poderiam definir o que plantar e nem a quantidade a ser plantada. Por meio do planejamento da produção em termos quantitativos e do sistema nacional de compra e venda, o Estado separou os camponeses de sua produção.

Após a morte de Mao, a grande mudança trazida pela reforma agrícola a partir de 1979, por meio do estabelecimento do Sistema de Responsabilidade Familiar, esteve na eliminação da alienação do trabalhador rural em relação à sua produção. A partir das reformas de Deng Xiaoping, foi transferida à unidade familiar a responsabilidade pela gestão do seu lote de terra. A agricultura camponesa, acompanhada no início dos anos 1980 por diversos apoios do Estado, em especial via subsídios, demanda garantida para todo excedente e oferta de crédito para as indústrias rurais, revelou-se um sucesso estrondoso para a rápida redução da pobreza, revertendo a estagnação na produtividade agrícola, que caracterizou os anos sob Mao.

Desigualdades sob o maoísmo e o *gap* urbano-rural

O igualitarismo, um dos pilares fundamentais da ideologia maoísta em conjunto com a autossuficiência, referia-se muito mais a um caráter de classe do que simplesmente de renda. Eliminadas as desigualdades estruturais e de classe,





segundo Mao, as demais seriam ajustáveis de acordo com circunstâncias históricas passageiras. Na prática, o igualitarismo fez com que os salários intrafábrica do corpo administrativo e técnico mais elevado fossem, em média, 2,7 vezes maiores do que a remuneração mais baixa, seguramente uma diferença muito pequena em comparações internacionais (RISKIN, 1987). No universo rural, a coletivização eliminou qualquer elemento de desigualdade associada à propriedade, e os desbalanços que permaneceram estavam associados ao acesso à terra fértil, água e insumos industriais (GRIFFING, 1982). Tudo isso, é bom ressaltar, é de um país de renda per capita muito baixa e com ampla maioria da população vivendo no campo.

Portanto, uma primeira evidência razoavelmente consensual na literatura sobre distribuição de renda durante o maoísmo é de que os níveis de desigualdade intraurbana eram expressivamente baixos numa comparação internacional. O coeficiente Gini chinês intraurbano, em 1981, era um dos menores do mundo, 0,16, e significativamente menor do que outros países asiáticos superpopulosos, notadamente Índia (0,42), e do que os elevados patamares do sudeste asiático (Indonésia 0,43, Filipinas 0,47, Malásia 0,52, ver tabela 4). O segundo consenso refere-se à baixa desigualdade intrarural. Conforme resume Griffing (1982) em artigo que revisa a literatura sobre o tema, ainda que haja divergência entre as fontes de dados, nada relevante foi publicado que refute a tese de que “em comparação com seu próprio passado e com demais países em desenvolvimento da Ásia contemporânea [meados dos anos 70], o nível de desigualdade e renda na China rural é marcadamente baixo” (GRIFFING, 1982, p. 274). Estimativas do Banco Mundial vão ao encontro da conclusão de Khan e apontam para um coeficiente Gini rural de 0,26 em 1979 (BANCO MUNDIAL, 1985).

Tabela 4 – Distribuição da renda urbana na China e comparações internacionais

	40% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Coef. Gini
China (1981)	28,8	29,5	16,5	0,16
Bangladesh (1966/7)	17,1	47,2	31,5	0,40
Índia (1975/6)	16,9	48,4	34,1	0,42
Paquistão (1970/1)	19,1	44,4	39,7	0,36
Sri Lanka (1969/70)	16,3	47,5	31,7	0,41
Indonésia (1976)	16,0	49,4	34,5	0,43
Malásia (1970)	11,2	56,5	40,3	0,52
Filipinas (1971)	13,7	54,1	35,3	0,47
Tailândia (1975/6)	17,5	46,6	32,2	0,40

Fonte: World Bank, 1983, apud Riskin, 1987, p. 249.





No entanto, em função do já significativo *gap* urbano-rural, o Gini total chinês ao final do maoísmo já não estava entre os mais baixos do mundo. Rawski (1982) estima que a diferença de renda per capita urbano-rural estivesse em 3,4 para 1 em 1978, excluindo-se os subsídios para os moradores das cidades. Residentes urbanos tinham uma vantagem per capita no consumo que ia de 60%, no caso dos grãos, a 400%, no caso das bicicletas (RISKIN, 1987. A vantagem em ser um residente urbano na China maoísta estava, não apenas nas remunerações do trabalho, mas nos subsídios para moradia, transporte, alimentos e serviços médicos e de educação não apenas gratuitos, mas superiores àqueles disponíveis no universo rural.

Em larga medida, por conta do *gap* urbano-rural, a distribuição de renda total chinesa não era marcadamente mais igualitária do que outros países de renda baixa, como Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh. O coeficiente Gini total estava em 0,33 em 1979, ainda melhor do que o da Índia (0,38) e do que o de todos os demais países do sudeste da Ásia (todos entre 0,40 e 0,50, tabela 5), mas já não mais posicionado entre os mais baixos do mundo. O perfil total distributivo chinês era marcado por uma fatia notavelmente baixa de renda indo para os 10% mais ricos da população – resultado evidente da eliminação da propriedade privada. No entanto, os 40% mais pobres não detinham fatia melhor do que os de outros países comparáveis quanto à renda per capita baixa.

Tabela 5 – Distribuição de renda total na China e comparações internacionais

	40% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Coef. Gini
China (1979)	18,4	39,3	22,5	0,33
Bangladesh (1973/4)	18,2	42,2	27,4	0,34
Índia (1975/6)	18,5	46,5	31,4	0,38
Paquistão (1970/1)	20,6	41,5	26,8	0,33
Sri Lanka (1969/70)	20,8	41,8	27,4	0,33
Indonésia (1976)	14,4	49,4	34,0	0,44
Malásia (1973)	12,5	55,1	39,8	0,50
Filipinas (1971)	14,2	54,0	38,5	0,47
Tailândia (1975/6)	15,8	49,3	33,4	0,42

Fonte: World Bank, 1983, *apud* Riskin, 1987, p. 250.

A incapacidade do maoísmo em eliminar o chamado *scissors gap* (a clássica extração de excedente da agricultura para bancar a industrialização, via sistema de preços favorável a este último) é mais uma das contradições essenciais de





um modelo que, não só via na força do camponês a base da sua constituição como, também, passou, ao longo de vários anos, a criticar a União Soviética por, justamente, ter incorrido em tal erro (a crítica de que os soviéticos estariam “pegando o peixe drenando a lagoa”). Duas das “três grandes diferenças” que Mao e seus seguidores diziam combater estavam exatamente ligadas ao chamado *gap* urbano-rural: a distinção entre campo e cidade e entre camponeses e operários.

O que o maoísmo conseguiu eliminar, por outro lado, foi a formação de uma classe política de privilegiados. Ainda que a posição política pudesse implicar em trabalhos mais leves no campo ou acesso privilegiado às oportunidades, ela não implicava grandes disparidades de renda e os privilégios da classe política chinesa sob Mao nunca se compararam aos de outros países planejados ou capitalistas (LEE e SELDEN, 2007; OI, 1989). Informando a perspectiva de Mao sobre a revolução permanente estava a premissa de que as classes não seriam eliminadas com o socialismo, e que contradições entre trabalhadores e gerentes, alunos e professores, subordinados e lideranças poderiam levar à emergência de uma classe de burocratas ou tecnocratas privilegiados. Em pouco tempo, essas classes estariam mais interessadas em manter o *status quo* do que em pressionar para o desenvolvimento das forças sociais e produtivas, o que, segundo os líderes chineses, teria acabado por acontecer na URSS, especialmente porque Stalin se negava a admitir a existência da luta de classes sob o socialismo (ROBINSON, 1970).

É sob esse pano de fundo que a Revolução Cultural (1966-76) leva ao expurgo da quase totalidade das mais importantes lideranças do Partido Comunista e a uma inversão radical das posições de autoridade política, técnica ou de conhecimento. No contexto que antecede a Revolução Cultural, era evidente a perda de poder político de Mao para lideranças do PCC, que ele chamava de “direitistas”, o que leva a maior parte dos autores ocidentais a considerar o movimento uma luta interna no Partido, ou uma manobra de Mao para resguardar seu poder. Não temos espaço aqui para detalhar o caráter totalitário do movimento, a violência explicitamente cometida e das razões de Mao para levar o movimento adiante. O que queremos sublinhar é que a Revolução Cultural abriu tamanho vácuo de poder nas estruturas consolidadas da política chinesa¹¹ que permitiu a emergência de figuras totalmente estranhas à trajetória histórica do Partido (como a chamada “Gangue dos Quatro”) e eliminou, mais tarde, no período das reformas, a possibilidade de

11 Os casos do então vice-primeiro-ministro Deng Xiaoping, expurgado duas vezes do Partido e enviado para reeducação no campo, e do ex-ministro da Defesa Li Peng, morto em um acidente de avião enquanto, supostamente, voava para a URSS num ato de traição, são os mais conhecidos em função da importância das lideranças.





formação de uma classe tradicional de privilegiados políticos (ANDERSON, 2018). A não formação de uma classe de privilegiados políticos teve fundamental impacto distributivo nas fases iniciais da reforma agrária, quando a terra foi repartida pelos governos locais entre as famílias e respeitando, de maneira impressionante, um padrão equitativo do tamanho e produtividade dos lotes.

Conclusão

Nada mais falacioso do que a caracterização da China maoísta como um período de atraso, estagnação econômica ou apenas de acúmulo de tragédias, como é tão comum na literatura que rapidamente revisa o tema. O que este artigo buscou mostrar é que o período maoísta é um profundo emaranhado de contradições, e cujo legado é crucial para a trajetória da China potência que conhecemos hoje.

Como primeiro grande legado, foi sob Mao que a China fez sua primeira transformação estrutural e se converteu em uma nação industrializada, claramente nacionalista e anti-imperialista, conectando a necessidade de modernização com a iminência da guerra. O investimento em infraestrutura e em ativos fixos já aparece ali como elemento dinâmico da acumulação, como queriam os autores pioneiros do desenvolvimento, com taxas sempre expressivamente elevadas. Entretanto, ao mesmo tempo em que mantém a população nas zonas rurais, sem permitir a urbanização, Mao adota uma política de desenvolvimento voltada para a guerra que era, ao mesmo tempo, descentralizada, autoritária e ineficiente, com economias regionais que deveriam ser autossuficientes em praticamente tudo, inclusive na indústria pesada.

Do ponto de vista da distribuição nacional de riqueza, o período maoísta deu sua contribuição angular ao eliminar a renda da terra e melhorar os indicadores básicos de bem-estar (saúde e educação), bem como ao promover a industrialização pesada e de regiões remotas do país. Esses processos no país mais populoso do mundo distinguiram o caso chinês de outras trajetórias de subdesenvolvimento clássico, sobretudo ao eliminar uma classe de camponeses sem terra. Porém, a produtividade agrícola estagnada excluiu a possibilidade de melhora da vida dos camponeses para além do mínimo necessário à sobrevivência – o que os chineses chamam de “mínimo de grão, teto e roupa” –, e levou a um profundo desequilíbrio entre taxas altas de crescimento industrial versus a estagnação agrícola, expandindo a distância de renda e desenvolvimento social entre zonas urbanas e rurais. É a





estagnação na produtividade agrícola que impede o país de reduzir os elevadíssimos níveis de pobreza, a despeito das melhoras nos indicadores de saúde, educação e distribuição da renda.

O ponto crítico esteve no fato de que a diferença no ritmo de crescimento na produtividade entre agricultura e indústria, bem como dos termos de troca favoráveis ao último e os baixos níveis de investimentos no campo, fizeram com que a experiência chinesa, apesar de todas as críticas de Mao aos erros da União Soviética, reproduzisse o padrão de extração de excedente da agricultura para bancar a industrialização, inclusive a ênfase na indústria pesada. Criou-se, assim, um profundo *gap* urbano-rural que irá marcar o perfil distributivo da China até os dias de hoje.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Duas Revoluções: Rússia e China*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.
- BANCO MUNDIAL. *China: Long-Term Issues and Options*. Washington: The World Bank, 1985.
- BASTOS, Carlos & BRITTO, Gustavo. Introdução, in: Agarwala e Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2010.
- BERNSTEIN, Thomas. Leadership and Mass Mobilization in the Soviet and Chinese Collectivization Campaigns of 1929-30 and 1955-56, *The China Quarterly*, vol. 31, pp. 1-47, 1967.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRAMALL, Chris. Chinese Land Reform in Long Run Perspective and in the Wider Asian Context, *Journal of Agrarian Change*, vol. 4, nos. 1-2, pp. 107-141, 2004.
- CHANG, Jun & HALLIDAY, Jon. *Mao: The Unknown History*. Nova York: Anchor, 2006.
- FAIRBANK, John King. *The Great Chinese Revolution: 1800-1985*. Nova York: Harper & Row, 1986.
- FAIRBANK, John King. *China: A New History*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.
- GRIFFING, Keith. Income Differentials in Rural China, *The China Quarterly*, no. 92, pp. 706-713, 1982.
- HAN, Suyin. *Birdless Summer*. Nova York: Putnam, 1968.
- HOLZ, Carsten. China's Reform Period Economic Growth: How Reliable are Angus Maddison's Estimates? Response to Angus Maddison's Reply, *Review of Income and Wealth*, vol. 52, no. 3, pp. 471-475, 2006.





- LARDY, Nicholas. *Economic Growth and Distribution in China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LARDY, Nicholas. *Agriculture in China's Modern Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LARDY, Nicholas. Agricultural Reforms in China, *Journal of International Affairs*, vol. 39, pp. 91-104, 1986a.
- LARDY, Nicholas. Prospects and Some Policy Problems of Agricultural Development in China, *American Journal of Agricultural Economics*, vol. 68, pp. 451-457, 1986b.
- LEE, Ching Kwan & SELDEN, Mark. Durable Inequality: The Legacies of China's Revolutions and the Pitfalls of Reforms., in Foran & Zivkovic (eds.), *Revolution in the Making of the Modern World: Social Identities, Globalization, and Modernity*. Londres: Routledge, 2007.
- MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long-Run*. Paris: OECD Development Centre, 1998.
- MAO, Tsé-tung. Reading Notes on the Soviet Union's Political Economy, escrito em 1961-62. In: *Long Life to Mao Tsé-tung Thought*. Pequim: Foreign Languages Press, 1969.
- MAO, Tsé-tung. On the Ten Major Relationships, discurso de 25 de abril de 1956. *Peking Review*, No. 1, pp. 156-166, 1977a.
- MAO, Tsé-tung. On the Co-operative Transformation of Agriculture, escrito em julho de 1955. In: *Selected Works of Mao Tsé-tung*. vol. 5, pp. 184-207. Pequim: Foreign Languages Press, 1977b.
- MEDEIROS, Carlos. China entre os Séculos XX e XXI, in: Fiori, J.L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. *China Statistical Yearbook*. Pequim: China Statistics Bureau Press, vários anos.
- NOLAN, Peter. *The Political Economy of Collective Farms: An Analysis of China's Post-Mao Rural Reforms*. Boulder: Westview Press, 1988.
- OI, Jean. *State and Peasant in Contemporary China – The Political Economy of Village Government*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- PERKINS, Dwight. *Agricultural Development in China: 1368-1968*. Chicago: Aldine, 1969.
- PERKINS, Dwight & YUSUF, Shahid. *Rural Development in China*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984.
- PERRY, E. & WONG, C. Introduction, in: Perry & Wong (eds.). *The Political Economy of Reforms in Post-Mao China*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1985.
- PUTTERMAN, L. Group Farming and Work Incentives in Collective-Era China, *Modern China*, vol. 14, no. 4, pp. 419-450, 1988.
- RAWSKI, T. The Simple Arithmetic of Chinese Income Distribution. *Keizai Kenkyu* [Economic Research], vol. 33, no. 1, pp. 12-26, 1982.





- RISKIN, Carl. *China's Political Economy: The Quest for Development since 1949*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- ROBINSON, Joan. *The Cultural Revolution in China*. Londres: Penguin Books, 1970.
- ROLL, C. *The Distribution of Rural Incomes in China: A Comparison of the 1930s and the 1950s*. Nova York: Garland Pub., 1980.
- SELDEN, Mark. *The Political Economy of Chinese Development*. Armonk: M.E. Sharpe, 1998.
- SPENCE, Jonathan. *The Search for Modern China*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1990.
- WHEELWRIGHT, E. L. & MCFARLANE, B. *The Chinese Road to Socialism*. Londres: Pinguim Books, 1970.

